

Diversidade em convergência*

Diversity in convergence

■ JESÚS MARTÍN-BARBERO **

Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá, Facultad de Comunicación y Lenguaje. Bogotá, Distrito Capital, Colômbia

RESUMO

O artigo defende que a sobrevivência da diversidade ocorre hoje por meio de uma institucionalidade mundial que envolve a cultura e é capaz de interpelar os organismos globais. Afirma ser necessário que a reflexão ultrapasse o determinismo tecnológico e o pessimismo cultural, de modo a pensar não apenas na *perversidade* da globalização, mas em suas *possibilidades*. Ao concretizar uma ideia de unificação planetária, a globalização apoia-se na técnica, da qual resulta uma revolução nas comunicações, com o mesmo teor contraditório: fonte de desigualdades entre setores sociais, culturas e países, mas também capaz de potencializar a associação, a participação democrática e a defesa de direitos sociopolíticos e culturais, ativando uma expressiva criatividade. Esta é marcada por um modelo de comunicabilidade em rede, interativo e conectivo. **Palavras-chave:** Diversidade, interculturalidade, convergência digital, globalização

ABSTRACT

This article asserts that diversity survives today through a world institutionalism involving culture and capable of summoning global organizations. Accordingly, it states that reasoning on it must overcome technological determinism and cultural pessimism, so that globalization is not only thought in terms of its *perversity*, but rather in terms of its *possibilities*. By realizing an idea of planetary unification, globalization is based on technique, from which a revolution in communication, with the same contradictory drift, is derived: a source of inequalities among countries and social and cultural sectors as well as a source of power to get people associated, have them participate democratically and support social, political and cultural rights, enabling thus expressive creativity to come into action. This latter is characterized by an interactive and connective model of net communication.

Keywords: Diversity, interculturality, digital convergence, globalization

* Este texto recolhe a apresentação realizada no *Seminário Internacional sobre Diversidade Cultural*, em Brasília, por iniciativa do Ministério da Cultura do Brasil, entre 27 e 29 de junho de 2008.

** Doutor em Filosofia e Letras pela Université Catholique de Louvain (Bélgica). Coordenador de pesquisa da Facultad de Comunicación y Lenguaje da Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá. Autor de, entre outros, *Dos meios às mediações* (Editora da UFRJ, 2001). E-mail: jemartin@cable.net.co

D

Diversidade em convergência

O pensamento atual acerca das relações entre cultura e tecnologia chega em grande parte a conclusões desanimadoras e se detém. Os conservadores culturais dizem que a televisão a cabo é a última oferta da caixa de Pandora e a transmissão via satélite coroará a torre de Babel. Ao mesmo tempo uma nova classe de intelectuais, que dirige os centros operados pelas novas tecnologias culturais e informáticas, fala com confiança de seu “produto”. Nenhuma dessas posturas representa um solo firme. *O que temos é uma péssima combinação de determinismo tecnológico e pessimismo cultural.* Assim, conforme as velhas e elegantes instituições se veem sucessivamente invadidas pelos imperativos de uma economia capitalista mais dura, não é de surpreender que a única reação seja um pessimismo perplexo e ofendido. Porque para a maioria dessas instituições não há nada mais a ganhar ou a defender que não seja o passado; o futuro alternativo traria precisa e claramente a perda final de seus privilégios.

Raymond Williams

O NOVO SENTIDO DA DIVERSIDADE NA INTERCULTURALIDADE

AS PERMANENTES HOMENAGENS à diversidade cultural que encontramos hoje, não só por parte dos governos e das instituições públicas internacionais, mas também de organizações do âmbito empresarial das indústrias culturais, são inversamente proporcionais ao que acontece no plano das políticas protetoras e incentivadoras dessa diversidade. Pois tudo, ou quase tudo, reside em níveis de decisão a que nem os atores do plano local têm acesso, nem os verdadeiros mediadores do plano mundial. Hoje, quando a sobrevivência da diversidade se dá, ela acontece em *uma nova institucionalidade mundial do cultural*, capaz de interpelar os organismos globais. Nova institucionalidade que só surgirá de um novo tipo de relação com a até agora pretensamente única *relação fundante*, a da cultura com o Estado/nação. Não se trata, está claro, de substituir o Estado, mas, sim, de *reinstituí-lo ou reinstitucionalizá-lo com cidadania* em termos de interação com a iniciativa das comunidades locais e de interpelação aos novos atores mundiais.

Pensando a relação tecno/cultura a partir da América Latina

Entre o entrincheiramento fundamentalista e a homogeneização mercantilizada há lugar para estudar e discutir o que se pode fazer por meio das políticas culturais para que as alianças econômicas não sirvam apenas à circulação livre dos capitais, mas também à das culturas(.) “O latino-americano” não é um destino revelado pela terra nem pelo sangue: foi muitas vezes um projeto frustrado; hoje é uma tarefa relativamente aberta e problematicamente possível.

N. García Canclini

A temática atribuída a este painel, *diversidade e convergência digital*, é tão crucial para a América Latina que não posso começar minha reflexão se não for situando-a neste contexto. Um contexto do qual sobressai um traço fortemente alentador nos últimos anos: o retorno da política ao primeiro plano da cena depois de quase vinte anos sofrendo a perversão de ter a economia – travestida de ciência pura e exata – atuando como única e inapelável protagonista. Suplantando a economia política, a *macroeconomia* não só relegou a política a um lugar subalterno na tomada de decisões, mas também contribuiu enormemente em nossos países para o esvaziamento simbólico da política, isto é, a perda de sua capacidade de nos convocar e nos fazer sentir unidos. Com a seqüela de *desmoralização* que isso produziu ao traduzir-se em uma crescente percepção de humilhação e sensação de impotência individual e coletiva. O sequestro da política pela macroeconomia contribuiu também para a deslegitimação do Estado, convertendo-o em intermediário dos mandatos do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre uma sociedade a cada dia mais desigual e excludente, com porcentagens crescentes de populações abaixo dos níveis de pobreza e com milhões de pessoas obrigadas a emigrar aos EUA e à Europa. Então, ao eleger-se agente organizador da sociedade em seu conjunto, o mercado busca redefinir a missão própria do Estado, mediante uma *reforma* em que, ao mesmo tempo que determina metas de *eficácia* com parâmetros eminentemente quantitativos e imediatistas, provindos do paradigma empresarial privado, *descentraliza-o*, no sentido de seu enfraquecimento como ator simbólico da coesão nacional e não no de seu aprofundamento da democracia. É por tudo isso que o *retorno da política* oxigena o ambiente, alargando o horizonte não só da ação, mas do pensamento, que se viu também seriamente asfíxiado pela aliança entre pensamento único e determinismo tecnológico. A política retorna com tudo o que ela comporta de inércias e vazios, mas também de esforços para recarregá-la de densidade simbólica e vislumbrar novos ângulos e narrativas, a partir dos quais pensá-la e contá-la.

Pensar a relação entre técnica e cultura a partir da América Latina implica tomar distância da *nefasta combinação entre determinismo tecnológico e pessimismo cultural*, como assinala R. Williams, tendência que corresponde à posição de não poucos pensadores europeus do valor do cientista político Giovanni Sartori ou do crítico literário e analista cultural Georg Steiner. Frente a essa tendência erige-se o pensamento crítico do geógrafo brasileiro Milton Santos, que, em seu último livro publicado em vida (Santos, 2004), traça uma visão desafiante da globalização como ao mesmo tempo *perversidade e possibilidade*, paradoxo cuja vertigem ameaça paralisar tanto o pensamento, como a ação

capaz de transformar seu curso. De um lado, a globalização *fabula* o processo avassalador do mercado, um processo que uniformiza o planeta e aprofunda as diferenças locais, desunindo-o cada vez mais. Daí a *perversidade sistêmica* que implica e gera o aumento da pobreza e da desigualdade, do desemprego tornado já crônico, de enfermidades, que, como a Aids, tornam-se epidemia devastadora nos continentes não mais pobres, e, sim, mais saqueados.

Mas a globalização também representa um conjunto extraordinário de *possibilidades*, mudanças possíveis agora e que se apoiam em fatos radicalmente novos, destacando-se dois deles: um, a enorme e densa mistura de povos, raças, culturas e gostos que acontece hoje – embora com grandes diferenças e assimetrias – em todos os continentes, uma mistura somente possível na medida em que outras cosmovisões emergem com grande força, pondo em crise a hegemonia do racionalismo ocidental; o outro, as novas tecnologias que vêm sendo progressivamente apropriadas por grupos dos setores subalternos, permitindo-lhes uma verdadeira *revanche sociocultural*, isto é, a construção de uma contra-hegemonia pelo mundo.

Para Milton Santos esse conjunto de *possibilidades*, pela primeira vez na história, abre a humanidade para uma *universalidade empírica* e daí para uma nova narrativa histórica. Mas a construção dessa narrativa passa por uma *mutação política*, um novo tipo de *utopia* capaz de assumir a amplitude dos seguintes desafios:

- a existência de um novo sistema técnico em escala planetária que transforma o uso do tempo ao produzir a convergência e a simultaneidade dos momentos no mundo todo;
- o cruzamento entre velhas e novas tecnologias, levando-nos de uma influência pontual – por efeito de cada técnica isoladamente como foi até agora – a uma conexão e influência transversal, que afeta direta ou indiretamente o conjunto de cada país;
- o que implica a atual mediação da política, pois se a produção se fragmenta como até então jamais se fragmentara por meio da técnica, nunca foi tão forte a unidade política que articula as fases e comanda o conjunto através de um poderoso *motor único*, deixando para trás a pluralidade de motores e ritmos com os quais trabalhava o velho imperialismo. O novo tipo de motor que move a globalização é a *competitividade exponencial* entre empresas do mundo todo *exigindo a cada dia mais ciência, mais tecnologia e melhor organização*;
- a peculiaridade da *crise* que o capitalismo atravessa reside então no *embate contínuo dos fatores de mudança* que agora superam as velhas gradações e mensurabilidades, ultrapassando territórios, países e continentes;

- esse embate, decorrente de uma extrema *mobilidade das relações* e de uma grande *adaptabilidade dos atores*, reintroduz a *centralidade da periferia* não só no plano dos países, mas, sobretudo, no plano do social marginalizado pela economia e agora recentralizado como *a nova base na afirmação do reino da política*.

O que nosso tempo impõe, então, de traço peculiar e condicionante ao pensamento sobre a técnica é sua estreita relação com uma globalização que, na velocidade e brutalidade das mudanças com que concretiza a *unificação planetária*, torna já visíveis alguns dos traços societários mais perversos da mutação pela qual passamos. Entre eles o de maior alcance é o divórcio crescente entre Estado e sociedade. Pois ao estar hoje estreitamente moldado e vigiado pelas regras de jogo impostas pelas instituições da unificação econômica global – Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e Banco Mundial – o Estado encontra uma enorme dificuldade em responder às necessidades, demandas e dinâmicas de sua própria sociedade.

Na América Latina estamos, pois, diante de uma sociedade estruturalmente fraturada, na qual, ao mesmo tempo, as comunidades culturais (García Canclini, 2002a e 2002b) – desde as indígenas às juvenis urbanas, passando por algumas de suas pequenas e médias indústrias culturais – estão se convertendo em um âmbito crucial de recriação do sentido das coletividades, de reinvenção de suas identidades, de renovação dos usos de seus patrimônios, de sua reconversão em espaço de articulação produtiva entre o local e o global. Ainda no meio dos processos mais brutais de recessão econômica, de desigualdade e exclusão, nossas sociedades vivem as transformações mundiais que associam um novo modo de produzir a um novo modo de comunicar que, como M. Castells (1997) afirma, *converte a cultura – a humana faculdade de processar símbolos – em uma força produtiva direta*¹. Assim, se a revolução tecnológica das comunicações agrava o fosso das desigualdades entre setores sociais, entre culturas e países, ela também mobiliza a *imaginação social* das coletividades, *potencializando* suas capacidades de sobrevivência e de associação, de protesto e de participação democrática, de defesa de seus direitos sociopolíticos e culturais e de ativação de sua criatividade expressiva.

1. Ver também sobre “imaginação social”: Appadurai (2001).

Interculturalidade e sustentabilidade cultural

Antes de aparecer no campo da tecnologia, a ideia de *convergência* esteve presente no âmbito da cultura através da noção de *interculturalidade*, que nomeia a impossibilidade de uma *diversidade cultural* compreendida de cima, isto é, desejada ou regulada à margem dos processos de *intercâmbio* entre as diversas culturas, intercâmbio situado hoje num claro lugar para além do âmbito

D

Diversidade em convergência

que as fronteiras geopolíticas do nacional delimitam e cuja caracterização mais profunda foi proposta por Paul Ricoeur, denominando-a “entrecruzamento de radiações” (Ricoeur, 2004) entre culturas que se configuram em redes. Para compreender a complexidade dessa *radiação cultural*, Ricoeur apoia-se no conceito de *tradução*. Pois, a interculturalidade encontra na *tradução* seu paradigma tanto histórico como modelador, já que nela evidencia-se a possibilidade de uma mediação constitutiva entre a *pluralidade* de culturas e a *unidade* do humano. É na tradução entre as línguas que aprendemos as verdadeiras possibilidades e também os limites de qualquer intercâmbio entre as culturas. A tradução parte da não exterioridade, da não estrangeiridade, da não alteridade radical entre as mais diversas línguas. Pois o que a longa história da própria tradução demonstrou foi, primeiro, a traduzibilidade de todas as línguas – aí está o desconcertante caso dos hieróglifos egípcios, cujo idioma acreditou-se intraduzível durante séculos – e, segundo, a emergência da *hibridação cultural* como produção na e a partir da tradução. Frente ao fracasso da longa crença na existência de uma língua matricial comum, que nos pouparia o longo caminho do *cara a cara* entre cada cultura, a história nos incita a trabalhar a partir das *condições* do traduzível e do indecifrável de cada cultura ao mesmo tempo; a partir, portanto, da exigência insuperável de que as culturas conheçam umas as outras e se reconheçam como tal nas possibilidades e nos limites do intercâmbio entre elas.

O que torna esta concepção de interculturalidade mais produtiva é sua intrínseca relação com a ideia da *identidade narrativa* (Bhabha, 1990; Marinas, 1995 e 2004), isto é, de que toda identidade se gera e se constitui no ato de narrar-se como história, no processo e na prática de *contar-se aos outros*. É do que nos fala a preciosa polissemia em castelhano do verbo *contar*. Pois contar significa narrar histórias, *ser considerado* pelos outros; significa também *fazer contas*. Nesse único verbo temos a presença das duas relações constitutivas. Em primeiro lugar, a relação do contar histórias com o contar para os outros, com o ser considerado. Isso significa que para sermos reconhecidos pelos outros é indispensável contar nosso relato, já que a narração não é só expressiva, mas também constitutiva do que somos tanto individual como coletivamente. E no coletivo, em especial, as possibilidades de sermos levados em consideração, e de contar nas decisões que nos afetam, dependem da capacidade de nossos relatos darem conta da tensão entre o que somos e o que queremos ser. Em segundo lugar, está a relação também constitutiva do contar (narrar e ser levado em consideração) com o *fazer contas*, cujo significado é duplo. Pois se, de um lado, instaura-se a relação entre o reconhecimento e a participação cidadã, a capacidade de participação e intervenção dos indivíduos e as coletividades em

tudo aquilo que os concerne; de outro, instaura-se também a relação perversa do narrar com o mercado, ao cooptar pelo valor (comercial) o sentido das traduções culturais e da circulação das narrações.

Como o conceito de interculturalidade, o de *sustentabilidade cultural* (VV. AA., 2005) também é uma noção em construção. Procedente do pensamento ecológico, a entrada no campo cultural do conceito de sustentabilidade obedeceu a uma nova percepção sobre a densidade das relações entre diferença cultural e desigualdade social e, por extensão, entre cultura e desenvolvimento. Nesse contexto, *sustentabilidade cultural* implica tematizar explicitamente, tanto no pensamento como na gestão, em primeiro lugar, a *longa temporalidade do cultural* no que esta significa de contradição permanente com a temporalidade cada dia mais curta do mercado. Também no que os processos da vida cultural têm em comum com os outros processos sociais das coletividades, com o que isso implica de previsão, planejamento e acompanhamento. Em segundo lugar, a ideia envolve levar em conta as próprias possibilidades de desenvolvimento social, abertas pela criatividade cultural nos âmbitos comunitários e independentes e nas diferentes modalidades da indústria cultural.

A sustentabilidade cultural move-se sobre três vetores básicos. O primeiro deles é a *consciência de uma comunidade sobre um capital cultural próprio*. Consciência até há pouco relegada, quando não reprimida, por políticas culturais majoritariamente instrumentais e de difusão, nas quais a cultura era algo radicalmente exterior à vida da comunidade, aquilo a que se devia dar acesso às coletividades e não o que as próprias comunidades herdavam e renovam, reproduzem e recriam. *Algo que lhes pertence*, a partir do que se sustentam os *laços de pertencimento* em que se entrecruzam as identidades tanto sociais como culturais. Em termos mais gerais, este vetor indica um rumo extraordinário: o que coloca a *sociedade civil*, e não o Estado, como sujeito e ator central do desenvolvimento sociocultural, rumo que se insere no estratégico movimento de deslocar politicamente o *público* para onde até há pouco estava o *estatal*. Com a significativa diferença de que o estatal foi sempre considerado *um*, enquanto o público é hoje, claramente, um espaço *plural* ou, como assinalou Hanna Arendt, indo ainda mais longe, *heterogêneo*.

O segundo vetor é a *capacidade de a coletividade tomar decisões que permitam conservar e renovar seu capital cultural*. Em outras palavras, significa que o grau de sustentabilidade de uma cultura é proporcional ao grau de sua autonomia. Trata-se, então, do passo que ressitua a cultura na ordem da participação política dos cidadãos e que, por sua vez, a recoloca nessa outra ordem específica da formulação de *políticas culturais*. Já está suficientemente constatado e estudado

D

Diversidade em convergência

o fato de que, sem o exercício de envolvimento dos cidadãos na qualificação de suas expectativas e demandas e no seu empoderamento como atores dos processos que implicam decisões, não haverá cultura que sobreviva à planejada instrumentalização pelo mercado de toda *diferença* cultural.

Finalmente, o terceiro vetor é *a capacidade de abrir a própria cultura para o intercâmbio e a interação com as outras culturas do país e do mundo*. O que entra em jogo aqui é o duplo movimento de desencaixe e reinserção experimentado pelas culturas locais, movidas pelos fluxos e pelas dinâmicas da globalização econômica e da mundialização tecnocultural. A este respeito trata-se de sublinhar a importância decisiva de que esse intercâmbio, forçosamente assimétrico no movimento que hoje se gera a partir da hegemonia globalizadora do mercado, no lugar de encontrar nas comunidades uma resposta de retirada defensiva, que, embora justificada como reação, acabará resultando altamente suicida, ache uma resposta *projetiva*, capaz de desafiar nos agentes da globalização o sentido das transformações, sem as quais é impossível um mínimo de sustentabilidade.

De dentro das comunidades latino-americanas (Sanchez, 1998; Quintero, 1998; Alfaro et al., 1998), os atuais processos de comunicação são percebidos ao mesmo tempo como forma de ameaça à sobrevivência de suas culturas e *como possibilidade de romper a exclusão*, como experiência de interação que, se comporta riscos, também abre novas figuras de futuro. É uma situação que tem levado a dinâmica das próprias comunidades tradicionais a ultrapassar os marcos de compreensão elaborados pelos folcloristas e não poucos antropólogos: há nessas comunidades menos complacência nostálgica com as tradições e uma maior consciência da indispensável reelaboração simbólica que exige a construção de seu próprio futuro.

A CONVERGÊNCIA DIGITAL NA COMUNICAÇÃO DAS CULTURAS

Os intercâmbios virtuais configuram novos traços culturais na medida em que eles se intensificam e se expandem em direção a uma gama crescente de domínios na vida das pessoas. A esse respeito, fala-se cada vez mais de “culturas virtuais” em alusão às mudanças nas práticas comunicativas provenientes dos meios interativos a distancia, que modificam a sensibilidade dos sujeitos, suas formas de compreensão do mundo, a relação com os outros e as categorias para apreender o ambiente. As culturas virtuais são mediações entre cultura e tecnologia, constituem sistemas de intercâmbio simbólico através dos quais se configuram sentidos coletivos e formas de se representar o real.

Martin Hopenhayn

O olhar intelectual hegemônico sobre as relações entre comunicação e cultura ainda é o que opõe e separa o elevado âmbito da *cultura* ao espaço mundano e mercantil da *comunicação*. Um purismo, exacerbado pela banalização da comunicação e pela mercantilização massiva e perversa dos meios, reconduz a cultura ao claro âmbito do simbólico, como se esse âmbito não tivesse sempre sido entrecruzado pela escura espessura do intercâmbio social que vincula a criação à produção e ao exercício do poder. Talvez o melhor exemplo da ineludível hibridação entre cultura e comunicação encontre-se hoje na relação entre a música e sensibilidades jovens: fazendo parte do negócio midiático mais próspero e parcial, a música é ao mesmo tempo a mais expressiva experiência de apropriação, criatividade cultural e empoderamento social por parte dos jovens.

Mas isto não se dá apenas entre as elites intelectuais. Também na *gestão das instituições* culturais o que diz respeito aos meios de comunicação ainda é visto com receio por um complexo-reflexo cultural, apoiado mais na nostalgia do que na história, atitude que impede assumir com seriedade a *heterogeneidade da produção simbólica* (Lahire, 2004; Maigret e Macé, 2005) que as culturas representam para poder responder às novas demandas culturais e enfrentar sem fatalismos as lógicas da indústria cultural. Implica, por sua vez, assumir que o que põe em jogo a intervenção da política na comunicação e na cultura não se refere apenas à gestão de instituições ou serviços, à distribuição de bens ou à regulação de frequências, mas à própria produção do sentido do social e de seus modos de reconhecimento entre os cidadãos. Por aí passam certas concepções defasadas da comunicação, que continuam desconhecendo a competência comunicativa dos cidadãos (Winocourt, 2002; Alfaro, 2005). A comunicação na cultura deixa então de desempenhar a figura de intermediário entre criadores e consumidores, para assumir a tarefa de dissolver essa barreira social e simbólica, *descentralizando e desterritorializando* as próprias possibilidades da produção cultural e de seus dispositivos.

Para corroborar essa imbricação entre cultura e comunicação destacam-se os dois processos que vêm transformando radicalmente o *lugar* da cultura em nossas sociedades: a revitalização das *identidades* e a revolução das *tecnicidades*. Os processos de globalização têm reavivado a questão das identidades culturais – étnicas, raciais, locais, regionais – a ponto de convertê-las em protagonistas de grande parte dos conflitos internacionais mais violentos e complexos dos últimos anos, ao mesmo tempo em que as identidades, incluindo as de gênero e idade, reconfiguram a força e o sentido dos laços sociais e as possibilidades de convivência no nacional e no local. Enquanto processo de inclusão/exclusão em escala planetária, a globalização passa a converter a cultura em espaço estratégico de compressão das tensões que rompem e recompõem o *estar juntos*

e em ponto de encontro de todas suas crises políticas, econômicas, religiosas, étnicas, estéticas e sexuais. Daí ser a partir da diversidade cultural das histórias e dos territórios, das experiências e das memórias, de onde não só se resiste, mas também se negocia e se interage com a globalização e de onde se acabará por transformá-la. Pois o que reativa hoje as identidades como motor de luta é inseparável da *demanda de reconhecimento e de sentido*. E nem um e nem outro formulam-se em meros termos econômicos ou políticos, pois ambos encontram-se referidos no próprio núcleo da cultura enquanto mundo do *pertencer a* e do *compartilhar com*. Razão pela qual a identidade é hoje a força mais capaz de introduzir contradições na hegemonia da razão instrumental.

Por outro lado, atravessamos uma revolução tecnológica cuja peculiaridade não reside tanto em introduzir uma quantidade inusitada de novas máquinas em nossas sociedades, mas, sim, em configurar um novo ambiente ou ecossistema comunicativo. E é ao constituir-se em *terceiro ambiente* (Echeverría, 1999; Lévy, 1998; Fischer, 2001) – imbricado nos ambientes natural e urbano/social – que a tecnologia digital está configurando nossos modos de habitar o mundo e as próprias formas do laço social.

Quando a tecnicidade torna-se estrutural

O que a *convergência tecnológica* nos faz pensar é, em primeiro lugar, no surgimento de uma razão comunicacional cujos dispositivos – a fragmentação que desloca e descentra, o fluxo que globaliza e comprime, a conexão que desmaterializa e híbrida – agenciam o devir mercado do conjunto da sociedade. Frente ao consenso dialógico com que Habermas (1989) identifica a *razão comunicativa*, liberada das contradições políticas introduzidas pela mediação tecnológica e mercantil, faz-se necessário decifrar a *hegemonia comunicacional* do mercado que promove um novo modelo de sociedade em que a comunicação/informação acaba sendo o motor mais eficaz do desencaixe e da inserção das culturas – étnicas, nacionais ou locais – no espaço/tempo do mercado.

Mas a globalização não é um puro avatar da economia e do mercado e, sim, um movimento que, ao fazer da *comunicação e da informação* a chave de um novo modelo de sociedade, empurra todas as sociedades para uma intensificação de seus contatos e conflitos, expondo as culturas umas às outras de modo inédito (Appadurai, 2001). Até as comunidades nômades da Amazônia – que resistem de forma manifestamente violenta ao encontro com os outros – encontram hoje frequentemente com esses nômades modernos que o *turismo ecológico* patrocina, essa espécie de antiturismo que sai de seu mundo para ir justamente ao encontro dos outros, em busca de experiências do outro! A relação antropológica constitutiva entre cultura e comunicação acentua-se quando algumas

das transformações culturais mais decisivas provêm das mutações por que passa a trama tecnológica da comunicação, afetando a percepção que as comunidades culturais têm de si mesmas e seus modos de construir as identidades.

A atual reconfiguração das culturas indígenas, locais, nacionais, responde especialmente à *intensificação da comunicação e à interação dessas comunidades com as outras culturas do país e do mundo*. De dentro das comunidades locais, os atuais processos de comunicação são cada vez mais percebidos como uma oportunidade de interação com o conjunto da nação e do mundo. E sem deixar de lutar por suas terras, este combate hoje faz parte da luta pelo Estado, isto é, em ser contado na construção do país.

É o *próprio lugar* da cultura na sociedade que muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental para espessar-se, adensar-se e converter-se em estrutura. Pois a *tecnologia* remete hoje não só, e nem tanto, à novidade dos aparatos, mas também a novos modos de *percepção* e de *linguagem*, a novas sensibilidades e escrituras. Radicalizando a experiência de desancoragem produzida pela modernidade, a tecnologia desloca os saberes, modificando tanto o estatuto cognitivo como institucional das *condições do saber* e das *figuras da razão* (Chartron, 1994), o que, por sua vez, conduz a um forte apagamento das fronteiras entre razão e imaginação, saber e informação, natureza e artifício, arte e ciência, saber especialista e experiência profana. Assim, ao mesmo tempo em que enfrentamos uma crescente onda de fatalismo tecnológico combinado com o mais radical pessimismo político, encontramos-nos ante uma mutação tecnológica que passou a configurar um novo ecossistema comunicativo. Ecossistema em que a experiência audiovisual afetada pela revolução digital aponta para a constituição de uma *visibilidade cultural*, cenário estratégico hoje de uma batalha política decisiva contra o *velho e excludente poder da letra* que ao longo de um século e meio ignorou a diferença e a riqueza das oralidades e visualidades culturais, estas que entrelaçam agora suas memórias nos imaginários da virtualidade para dar sentido novo e forma nova às tradições culturais.

Da convergência como transparência comunicativa à convergência como conectividade e interação cultural

Convergência digital é o novo nome de um processo e um paradigma cuja primeira representação foi, desde os fins dos anos 1980, a da *transparência comunicativa*. Tratou-se de um paradigma plenamente *integrado* (palavra no sentido dado por Umberto Eco), uma vez que, na verdade, o que se propunha a partir dele era a ideologia do *tudo é comunicação*, que em sua tradução em termos de *informação* veio a legitimar abertamente as lógicas da desregulação dos

mercados. De maneira que a envergadura política dessa primeira representação da convergência tecnológica é nada mais, nada menos, do que a justificativa técnica da concentração econômica. No reordenamento de nossos Estados pelas políticas neoliberais, o descentramento fomentado pelas novas configurações da tecnologia passou a servir de cobertura ideológica à mais desavergonhada concentração de meios de comunicação em oligopólios, impensável até poucos anos. Do ímpeto marcado pela compra da Time-Warner pela AOL nos EUA e pela fusão entre Vivendi-Seagram-Canal+ na Europa, a *hiperconectividade* como segunda figura [TV-Internet-Telefonia móvel] nos põe em confronto no plano da concentração econômica com a intensificação do que a *digitalização sem barreiras* significa no plano técnico.

Mas todo esse processo de convergência/concentração do poder midiático não deve tornar invisível nem desvalorizar sua outra vertente, isto é, o que uma mutação tecnológica, que veio potencializar e adensar o novo ecossistema comunicativo, engendra de estratégico. A experiência cultural audiovisual, abalada pela revolução digital, aponta para a constituição de novas modalidades de *comunidade* (artística, científica, cultural) e de *uma nova esfera do público*. Ambas acham-se ligadas ao surgimento de uma *visibilidade cultural*, cenário de uma batalha política decisiva que passa hoje pelo deslocamento dos saberes, perturbando suas velhas, mas ainda prepotentes, hierarquias (Mignolo, 2001), disseminando os espaços onde se produz o conhecimento e os circuitos pelos quais transita, e permitindo aos indivíduos e às coletividades inserir suas culturas cotidianas orais, sonoras e visuais nas novas linguagens e escrituras. Na América Latina, o *palimpsesto das memórias culturais múltiplas* de seu povo nunca teve, como agora, possibilidades tão grandes de apropriar-se do *hipertexto* em que *leitura e escritura, saberes e fazeres, artes e ciências, paixão estética e ação política* se entrecruzam e interagem.

Convergência tecnológica significa então a emergência de uma nova *economia cognitiva* regida pelo deslocamento do estatuto do número, que de signo do domínio sobre a natureza passa a converter-se em mediador universal do saber e do operar técnico/estético, o que significa a primazia do sensório/simbólico sobre o sensório/motriz. Pois a digitalização numérica torna possível uma nova forma de interação entre a abstração e o sensível, restabelecendo completamente as fronteiras entre a diversidade dos saberes e dos modos de fazer.

O *olhar crítico* é certo em nos advertir dos riscos que o atual desenvolvimento tecnológico engendra em suas cumplicidades com as lógicas do mercado e os processos de agravamento da exclusão social. Justamente por isso nossa inserção na nova mundanidade técnica não pode ser pensada como um *automatismo de adaptação socialmente inevitável*, mas, ao contrário, como um

processo densamente carregado de ambiguidades e contradições, de avanços e retrocessos, um complexo conjunto de filtros e membranas (Manzini, 1991) que regulam seletivamente a multiplicidade de interações entre os velhos e os novos modos de habitar o mundo. De fato, a própria pressão tecnológica suscita a necessidade de encontrar e desenvolver outras racionalidades, outros ritmos de vida e de relações tanto com os objetos como com as pessoas, relações nas quais a densidade física e a espessura sensorial readquirem valor primordial. Disso falam a busca das medicinas alternativas ou o esforço em se reencontrar com o próprio corpo e com o dos outros, retomando o contato e o imediatismo na comunicação.

A velocidade da expansão da telefonia móvel e do acesso ao correio eletrônico aos estratos mais pobres, em nossos países, marca um processo inesperado de conexão das maiorias à rede digital, as quais passam a habitar o novo *espaço comunicacional* a partir do qual podem conectar os territórios da emigração com os do próprio país, compartilhando músicas e fotografias com seus parentes e amigos do outro lado do Atlântico e do mundo.

Uma experiência particular e pioneira de convergência cultural digitalmente mediada, à qual o campo acadêmico ainda não prestou a merecida atenção, é a dos adolescentes e dos jovens. Para eles o computador não é apenas uma máquina, mas uma *tecnicidade cognitiva e criativa* (Scolari, 2004; Bragança e Cruz, 2001; Dede, 2000). Claro que os educadores têm todo o direito de se perguntar o que acontece com o corpo quando alguém passa horas na frente de uma tela, mas o verdadeiro problema não é o que o computador faz com o corpo, mas como o afetam os novos modos de habitar o corpo e os novos saberes sobre ele, ou seja, a biotecnologia e a genética, tanto em suas possibilidades como em suas perversões.

Pergunta que Donna J. Haraway (1991) teve a ousadia de se fazer ao pensar nas possibilidades não de transformação cosmética do corpo, mas nas possibilidades do *corpo ciborgue*, essa hibridação que atemoriza todos os adultos da minha geração porque é a fusão mais desafiadora ao conto racionalista que temos nos contado no Ocidente. Pois enquanto toda a história da evolução humana é uma história plena de hibridações, de transfusões do natural no artificial, e vice-versa, o racionalismo em que o idealismo antigo se converteu pretendeu manter a *episteme* e a *techné*, o conhecimento e a técnica em mundos separados, dotando o primeiro de toda a positividade da invenção e reduzindo a técnica a mero instrumento ou utensílio. O que nos impediu radicalmente de pensar as *relações constitutivas* que sempre houve – mas que nunca como hoje se fizeram patentes – entre ciência e técnica. Daí o fato de que a existência da *tecnociência* nos desafie a pensar não a singularidade do *mundo da técnica*,

mas, como Heidegger (1997) advertira, *a tecnicidade do mundo*, isto é, a técnica como dimensão constituinte do ser humano. É a esse desafio que se dirigem os esforços de pensar a convergência tecnológica como ambiente e *ecossistema comunicativo*, hoje tão estratégico socialmente como o ecossistema verde.

A convergência digital introduz nas políticas culturais uma profunda renovação do modelo de comunicabilidade, pois do unidirecional, linear e autoritário paradigma da *transmissão de informação*, passamos ao modelo da *rede*, isto é, ao da *conectividade* e da *interação* que transforma o modo mecânico da comunicação a distância pelo modo eletrônico da *interface de proximidade*. Novo paradigma traduzido em uma política que privilegia a sinergia entre muitos projetos pequenos acima da complicada estrutura dos grandes e pesados aparatos tanto na tecnologia como na gestão.

Por políticas públicas de convergência cultural

A diversidade cultural atravessa hoje uma *situação* bem peculiar. De um lado, a convergência digital representa o lugar de duas oportunidades cruciais: a primeira é a promovida pela digitalização, que possibilita colocar em uma *linguagem comum* dados, textos, sons, imagens e vídeos, desmontando a hegemonia racionalista do dualismo que até agora opunha o inteligível ao sensível e ao emocional, a razão à imaginação, a ciência à arte, e também a cultura à técnica ou o livro aos meios audiovisuais; a segunda é a configuração de um novo espaço público construído a partir dos movimentos sociais, das comunidades culturais e dos meios comunitários. Ambas as oportunidades encontram-se configuradas por uma enorme e diversa pluralidade de atores, mas que *convergem* para um compromisso emancipador e uma cultura política na qual a resistência é ao mesmo tempo criadora de iniciativas e alternativas. De outro lado, uma crescente consciência do valor da *diferença*, da *diversidade* e da *heterogeneidade* no plano das civilizações e das culturas étnicas, locais e de gênero, confronta-se com um poderoso movimento de *uniformização dos imaginários cotidianos* nas modas do vestir e dos gostos musicais, nos modelos de corpo e nas expectativas de êxito social, nas narrativas para o grande público no cinema, na televisão e no videogame. Esta tensão foi resolvida pelo mercado convertendo a diferença cultural em estratégia de *reterritorialização* e *personalização das práticas de diferenciação social*. Como David Harvey observa sagazmente, o mecanismo opera mediante “o paradoxo de que quanto menos decisivas forem as fronteiras espaciais, maior será a sensibilidade do capital às diferenças do lugar e maior também o incentivo para que os lugares se esforcem por diferenciar-se como forma de atrair o capital” (Harvey, 1989: 287). Paradoxo que, no âmbito individual, pode ser traduzido colocando o *esforço por*

diferenciar-se no centro da luta dos indivíduos para sair do anonimato social a que o próprio sistema os condena.

A possibilidade de políticas públicas que se proponham a assumir a complexidade destes processos passa pelo estabelecimento de *marcos regulatórios de alcance mundial e local*, dois espaços estratégicos em que tanto a economia como a tecnologia e a cultura se movem hoje. Marcos regulatórios, cabe destacar, que só resultarão de uma *negociação* entre os atores públicos, privados e independentes, seja do âmbito nacional, internacional e local. Pois como demonstram os Fóruns Mundiais de *Davos* e *Porto Alegre*, e especialmente as reuniões preparatórias da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, esses atores contam hoje com *organismos, organizações e associações* capazes de representar os diferentes interesses em jogo. Isto quer dizer que o que a presença das TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação) produz pelo mundo não permite compreender nem projetar politicamente, mas, a partir de uma *visão integral*, é possível situar *os impactos e as potencialidades* dessas tecnologias no ambiente dos *processos* de desenvolvimento econômico-social e das práticas de participação democrática.

O que se expôs contrasta com a ausência do setor público na condução das mudanças tecnológicas, ausência visível pela transição de políticas *legalistas e voluntaristas* em comunicação e cultura – durante os anos 1970 e 1980 – *para a mais pura e dura desregulação* que nos anos 1990 deixa o mercado livre para determinar as lógicas e as dinâmicas de transformação das TIC. E com um agravante: enquanto isso acontece no plano das telecomunicações e dos grandes meios, o Estado regula até ao extremo os pequenos meios, como as emissoras de rádio e as televisões locais e comunitárias, multiplicando os obstáculos legais ao seu funcionamento e expansão. É por isso que além da enorme distância entre os países do Norte e do Sul, constatamos que nos países maiores e economicamente mais fortes do Sul as oportunidades de conexão às redes oferecem o índice de desigualdade mais brutal: conforme a CEPAL, “no ano 2004, o grupo de renda mais alta no Brasil alcançaria uma taxa de conectividade de 82%, enquanto a taxa nacional seria de apenas 12%” (2003: 26). Pois a *distância digital* é na realidade *uma distância social*, isto é, não remete a um mero efeito da tecnologia digital, mas, sim, a uma organização social que impede à maioria o acesso e a apropriação tanto física como econômica e mentalmente das TIC.

Diante desta situação, porém, também encontramos na América Latina alguns cenários estratégicos de intervenção das políticas públicas, cenários especialmente apropriados para pôr a convergência digital a serviço do intercâmbio e da potencialização da diversidade cultural.

O mais relevante é o potencial estratégico já representado pelas redes digitais que tecem a *integração sociocultural do espaço latino-americano*, mobilizando investigações científicas, experimentações artísticas e meios comunitários de rádio e televisão. Tanto a partir dos pequenos municípios rurais, como de grandes bairros urbanos dos setores populares, mediante o protagonismo de jovens, como também em algumas comunidades indígenas, observamos uma intensiva apropriação *comunitária* do rádio e da televisão pelas comunidades locais para estabelecer comunicação entre si e com outras no mundo, com o objetivo de refazer o tecido coletivo de memória e contrainformação, bem como mobilizando a imaginação para participar na construção do público.

Um segundo cenário é o oferecido pelas redes tecidas pelos emigrantes, desde as redes dos emigrantes equatorianos na Espanha que se comunicam em quéchua, ou dos mexicanos nos EUA que colocam a Virgem de Guadalupe para *passar* na web vestida de *chicana*² e de moto, ou as da *net art*, visual e musical, que os jovens fazem circular não apenas entre os conterrâneos, mas também entre todos os migrantes latinos ou sul-americanos. Por meio delas, a convergência digital já é parte constitutiva do espaço cultural ibero-americano em construção.

Um terceiro cenário, embora com atraso e condições ainda precárias, é a *escola pública*, que começa a convergir para as tecnologias digitais. A partir delas, reconfiguram-se profundamente tanto os modos de produção e circulação do conhecimento como os mapas laborais e profissionais. Pois as mudanças mais de fundo que a sociedade da informação provoca têm justamente a ver com as novas habilidades mentais exigidas pelos novos ofícios, as novas modalidades de aprendizagem formais e não formais, as novas formas de relação entre trabalho e jogo, entre espaço doméstico e lugar de trabalho.

Um quarto cenário, por fim, é constituído pela crescente consciência de que os Direitos à Informação e ao Conhecimento fazem parte integral dos *Direitos Humanos*. Referimo-nos ao direito dos cidadãos e dos grupos sociais ao *acesso à informação* não só como receptores, mas também como produtores; e também ao *direito à participação do e no conhecimento*. Pois, de um lado, a hipervalorização da *informação* produz uma forte desvalorização dos saberes tradicionais não informatizáveis, como as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores no campo, as experiências de vida dos imigrantes, a memória cultural dos idosos, etc. De tal forma que *sociedade da informação*, em nossos países, tem significado a expansão de uma *sociedade do desconhecimento*, isto é, do *não reconhecimento* da pluralidade de saberes e competências culturais que, sendo compartilhadas pelas maiorias populares ou pelas minorias indígenas ou regionais, não estão sendo incorporadas, como tais, nem nos mapas da sociedade nem sequer nos de seus sistemas educativos.

2. Pessoa de origem mexicana nascida e criada ou residente nos Estados Unidos (N. da Trad.).

Também enfrentamos uma das mais rentáveis armadilhas operada pelo processo de expropriação das maiorias aos bens culturais da humanidade. Trata-se da enganosa proteção à *propriedade intelectual*: categoria espúria, pois nela o intelectual iguala-se e se reduz ao que se pode apropriar pela via mercantil, e também mistificadora do *direito de autor*, um direito definitivamente cooptado pela ideia de *patente* e de sua pseudojurisprudência comercial. Precisamos desvendar as formas e os alcances da atual submissão sofrida pelo conhecimento científico e pela experimentação estética com o desmantelamento das modalidades múltiplas de regulação que impediam no passado a extensão e a invasão da *propriedade* aos terrenos dos saberes, às práticas e aos serviços antes considerados públicos e hoje transformados em *bens comuns* pela internet.

Assim funciona a mais nova, e talvez mais fecunda, figura da convergência cultural hoje, a das *redes culturais* (Finquelevich, 2000; Molina, 2001; VV. AA., 2002), animadas cotidianamente por artistas e gestores, formadores e instituições municipais e comunidades de bairro. Com o enorme ganho, note-se, proporcionado por uma das tarefas assumidas por muitos dos novos atores, a de observadores cidadãos, empenhados na fiscalização dos projetos e das decisões de que tomam parte, dos recursos financeiros e dos tipos de intercâmbio promovidos. As *redes culturais* estão se convertendo no novo *espaço público de intermediação* entre diversos atores de um mesmo país, entre atores do mesmo âmbito – políticas, gestão, formação – em diversos países, ou mesmo mobilizando transversalidades e transdisciplinaridades que enriquecem o trabalho acadêmico a partir do campo político e o campo político a partir da criação artística. Estamos diante da possibilidade histórica, não só tecnológica mas cidadã, de renovar radicalmente a trama política da interculturalidade tecendo redes que vinculam cada vez mais o mundo dos artistas e trabalhadores culturais com o de instituições territoriais e organizações sociais. E disso precisaremos, pois só adensando e reforçando ao máximo o tecido dos atores sociais e institucionais de nossas culturas, bem como criando as mais amplas alianças no mundo, poderemos resistir à ofensiva desmobilização política e instrumentalização cultural já empreendidas pela globalização do medo e pelas novas indústrias da segurança.

Não posso terminar esta reflexão sem relacioná-la com as *razões de minha esperança* (aquelas referidas por Borges em um livro precoce, *El tamaño de mi esperanza*); as mesmas que articulam a investigação ao fazer político deste que escreve. Refiro-me à “segunda oportunidade” (García Márquez) que, para os que viveram cem anos de solidão, pode engendrar a convergência entre suas oralidades culturais e as novas visualidades e escrituras cibernéticas se as culturas letradas aceitassem transformar seu didatismo autoritário em mediação cidadã

performativa. Pois a subordinação das oralidades, sonoridades e visualidades das maiorias à ordem excludente da letra sofre atualmente uma erosão crescente e imprevisível que se origina, de um lado, na deslocalização e disseminação dos *tradicionalmente modernos* circuitos do conhecimento, e de outro, nos novos modos de produção e circulação de linguagens e novas escrituras que emergem através da tecnicidade eletrônica, especialmente na internet. Estamos, assim, diante de um novo cenário cultural e político que pode ser estratégico; primeiro, para a transformação de um sistema educativo excludente não só quantitativa mas, sobretudo, qualitativamente, e profundamente anacrônico em relação às mudanças pelas quais passam as culturas cotidianas; segundo, para que a democratização de nossas sociedades chegue ao mundo das culturas das maiorias, permitindo às populações apoderar-se, desde suas próprias culturas, dos novos saberes, linguagens e escrituras. **M**

REFERÊNCIAS

- ALFARO R. M. et al. *Redes solidarias, culturas y multimedialidad*. OcicAL/Uclap, Quito, 1998.
- ALFARO, R. M. (edit.). *Comunicación y política en una democracia ética*. Veeduría Ciudadana, Lima 2005.
- APPADURAI, A. *La modernidad desbordada. Dimensiones culturales de la globalización*. Trilce/F.C.E., Buenos Aires, 2001.
- BRAGANÇA, J. A.; CRUZ, M. T. *Crítica das ligações na era da técnica*. Tropismos. Porto, 2001.
- BHABHA, Homi K. (Ed.). *Nation and narration*. Routledge, London, 1990.
- CASTELLS, M. *La era de la información*. Vol.1. Alianza, Madrid, 1997.
- CEPAL. *Los caminos hacia una sociedad de la información en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. Disponível em: <<http://www.cepal.cl/publicaciones/DesarrolloProductivo/1/LCG2195Rev1P/lcg2195e2.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2014.
- CHARTRON, G. (Ed.). *Pour une nouvelle économie du savoir*. Presses Universitaires de Rennes, 1994.
- DEDE, Chis (Comp.). *Aprendiendo con tecnología*. Paidós, Barcelona, 2000.
- ECHEVERRÍA, J. *Los señores del aire, Telépolis y el Tercer entorno*. Destino, Barcelona, 1999;
- FINQUELEVICH, S. (Coord.). *¡Ciudadanos a la red! Los vínculos sociales en el ciberespacio*. Ciccus/La Crujía, Buenos Aires, 2000.
- FISCHER, H. *Le chock numérique. A l'aube de une nouvelle civilisation*. BLV, Montreal, 2001.
- GARCÍA CANCLINI, N. (Coord.). *Iberoamerica 2002*. OEI/Santillana, México, 2002a.

- GARCÍA CANCLINI, N. *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Paidós, Buenos Aires, 2002b.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Taurus, Madrid, 1989.
- HARAWAY, Donna J. Manifiesto para cyborgs: ciencia, tecnología y feminismo socialista a finales del siglo XX. In: *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Cátedra, Madrid, 1991.
- HARVEY, D. The experience of space and time. In *The condition of Postmodernity*. Basil Blackwell, Cambridge, 1989.
- HEIDEGGER, M. *Filosofía, Ciencia y Técnica*. Traduc. F. Soler y J. Acevedo. Editorial Universitaria, Santiago de Chile, 1997.
- LAHIRE, B. *La Culture des individus. Dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris, La Découverte, 2004.
- LÉVY, P. *A inteligência coletiva*. Loyola, São Paulo, 1998.
- MAIGRET, E.; MACÉ, E. *Pensar les mediacultures. Nouvelles pratique et nouvelles approches de la representation du monde*. Armand Collin, Paris, 2005.
- MANZINI, E. *Artefacts. Vers une nouvelle ecologie de l'environnement artificiel*. C. G. Pompidou, Paris, 1991.
- MARINAS, Jose Miguel. La identidad contada. In: *Destinos del relato al fin del milenio*. Archivos de la Filmoteca, Valencia, 1995. p. 66-73.
- . *La razón biográfica. Ética y política de la identidad*. Biblioteca nueva, Madrid, 2004.
- MIGNOLO, W. (comp.). *Capitalismo y geopolítica del conocimiento*. Edic. del Signo, Buenos Aires, 2001.
- MOLINA, J. L. *El análisis de redes sociales: una introducción*. Bellaterra, Barcelona, 2001.
- QUINTERO RIVERA, A. G. *Salsa, sabor y control*. Siglo XXI, Mexico, 1998.
- RICOEUR, P. Cultures: du deuil a la traduction. Communication prononcée aux *Entretiens du XXI siècle*. UNESCO, 2004, publicada pelo *Le Monde*, 25 maio 2004, Paris.
- SANCHEZ BOTERO, E. *Justicia y pueblos indígenas de Colombia*. Univ. Nacional/Unijus, Bogotá, 1998.
- SANTOS, M. *Por otra globalización. Del pensamiento único a la conciencia universal*. CAB, Bogotá, 2004.
- SCOLARI, C. *Hacer clic. Hacia una sociosemiótica de las interacciones digitales*. Gedisa, Barcelona, 2004.
- VV. AA. *Cultura y sustentabilidad en Iberoamérica*. OEI/Interarts, Madrid, 2005
- VV.AA. *Redes, gestión y ciudadanía*, OCLAC-ABYAYALA. Quito, 2002.
- WINOCOURT, R. *Ciudadanos mediáticos*. Gedisa, Barcelona, 2002.

Artigo recebido em 03 de agosto de 2014 e aprovado em 12 de outubro de 2014.